

ESTADO: o articulador do processo de modernização territorial no Cerrado**Maria Erlan Inocêncio¹**

airam1236@gmail.com

Manoel Calaça²

manoelcalaca@yahoo.com.br

Resumo: O Estado brasileiro, por meio das políticas públicas, sempre foi um organizador de territórios, tanto urbanos quanto rurais. No campo, pertence ao Estado as principais políticas que direcionaram a ocupação de novas áreas no interior do país. As políticas públicas redundaram na expansão da fronteira agrícola em direção ao Brasil Central e viabilizaram a inserção do Cerrado ao circuito produtivo capitalista, a partir de um conjunto de técnicas, denominadas modernização agrícola. Esse processo desencadeou mudanças estruturais na organização da produção tendo como consequência a substituição de cultivos tradicionais por outros distantes da cultura do povo Cerradeiro. O propósito do trabalho é analisar com base no Programa Nipo-Brasileiro para o desenvolvimento do Cerrado, PRODECER, o papel do Estado, através das políticas públicas, na (re)organização produtiva do Cerrado. Para tal utilizou-se de uma revisão bibliográfica sobre o tema.

Palavras-chave: Estado. PRODECER. Agricultura. Cerrado. Políticas Públicas.

STATE: the organizer of the modernization process planning in Cerrado

Abstract: The Brazilian State, through public policy, has always been an areas organizer, both urban and rural. In the field, belongs to the major policies that directed the new areas occupation within the country. Public policies have resulted in the agriculture expansion into the Central Brazil and made possible the insertion of the circuit Cerrado productive capitalist from a set of techniques, called agricultural modernization. This process triggered structural changes in the organization of production and resulted in the replacement of traditional crops by remote from other people's culture Cerradeiro. The purpose is to analyze the building on the Japan-Brazil for the development of the Cerrado, PRODECER, the state role, through public policies, the (re) productive organization of the Cerrado. To this end we used a bibliography review on the subject.

Key-words: State. PRODECER. Agriculture. Cerrado. Public Policy.

Introdução

É possível dizer que todos os momentos da história da sociedade brasileira foram construídos pelo predomínio do poder do Estado sobre os territórios. O avanço do processo capitalista de produção no campo sempre atrelou-se a ação do Estado, que compôs as diretrizes do avanço das fronteiras agrícolas no país.

¹ Professor titular da Universidade Federal de Goiás. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

² Professora da Universidade Estadual de Goiás e doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás/Instituto de Estudos Sócio-Ambientais.

O campo e, conseqüentemente a agricultura no Brasil, fez parte da transição da monarquia à república, do Estado oligárquico ao populista, do populista ao militar, na crise da ditadura militar e nos movimentos e partidos que estão lutando pela construção de outras formas de Estado.

A história do Brasil é agrária. Desde a escravatura; a abolição; a proclamação da República; a Revolução de 1930, que divide o poder entre as oligarquias e as nascentes classes sociais urbanas; o golpe de 1964, que se explica pela aliança entre a burguesia industrial e agrária. A indústria e o urbano só passam a predominar no país no decorrer do governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1960) e mesmo assim com a produção industrial se beneficiando do campo (IANNI, 1984).

A história de desenvolvimento do campo no Brasil foi e tem sido marcada pelo uso das políticas públicas como instrumento das forças produtivas capitalistas (re)modelando os sistemas de cultivo. No Cerrado, o conjunto das técnicas de produção agrícola, implantadas a partir de 1970, teve no Estado e em suas ações, o viabilizador das mudanças territoriais.

Dessa forma, de modo geral, a proposta deste trabalho é discutir as dinâmicas de apropriação do território do Cerrado, tendo o Estado como o articulador central de todo o processo de modernização territorial do Cerrado. A participação estatal é destacada por meio de programas e políticas de incentivos creditícios, com destaque para o PRODECER, atrelados à consolidação de um novo patamar na agricultura. O artigo está dividido em cinco partes que procuram inter-relacionar Estado e modernização territorial do Cerrado.

Estado articulador: capital, território e agricultura

O Estado é um grande organizador de territórios ao dirigir suas ações sobre um dado espaço terrestre e incorporá-lo a um mecanismo diferenciado de produção. Atua de forma a exercer um poder racional de constituição e manutenção do território, tendo nas políticas públicas os instrumentos econômico, cultural e ideológico capazes de romper com as raízes culturais de um povo, via incorporação do capital.

Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações (RAFFESTIN, 1993, p.152).

Fighera (1998) afirma que, no desenvolvimento capitalista, o Estado é um dos mais dinâmicos agentes de transformação do território. O território do Cerrado adquiriu novas configurações através da égide da territorialização do capital sob diversificadas fontes de poder, que foram espacializadas. “[...] território evoca o ‘território nacional’ e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território [...]”. (SOUZA, 1995, p.81).

O Estado é um grande construtor e gestor do território. No entanto ele pode e muitas vezes é criado por entidades particulares, basta que o espaço seja um instrumento de manutenção, conquista e exercício de poder; o campo de forças de relações de poder espacialmente delimitado sobre dada porção do espaço terrestre.

O Brasil tem uma sociedade profundamente marcada pela atuação do Estado sobre o território e a agricultura sempre esteve na pauta econômica, como parte do desenvolvimento do país.

Os vários momentos vivenciados pela economia brasileira, salvo o do ouro, são agrários: “cacau, cana-de-açúcar, borracha, café, trigo, gado de lá, gado daqui, café do Vale, café do Oeste. [...] os vários ciclos de expansão da economia brasileira são ciclos de expansão da agropecuária. E dentro dessa história de séculos, encontramos um ciclo de industrialização”. (IANNI, 1984, p. 142).

Cabe considerar que o campo não deixou de sustentar a economia, (re)estruturando o seu papel no contexto econômico nacional em consonância com o momento mundial, fato que a partir da década de 1970, passa a veicular com o nome de modernização da agricultura.

O termo modernização deve ser compreendido não como a mudança na base técnica de produção, mas como a mudança nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, modernização do território (MENDONÇA, 2004).

O processo industrial que teve início em 1930, quando da implantação do Estado Novo, traçou novas diretrizes econômicas urbano-industriais, mas que só foram solidificadas entre as décadas de 1950 a 1960.

O golpe militar de 1964 consolidou a agricultura como instrumento no processo de industrialização e a partir de então o Estado passou a ser o principal indutor da modernização e da autodeterminação dos destinos econômicos e políticos do país, ou seja, o intervencionismo estatal ganhou força e novos contornos.

Durante o regime militar no Brasil houve, por parte do Estado, investimentos em infraestrutura, principalmente na construção de estradas; ampliação da capacidade de armazenamento e de serviços de extensão rural; melhoria do sistema de créditos e subsídios à importação de insumos e equipamentos.

Os períodos entre o Estado Novo (1930), a República Populista (1945) e a Ditadura (1964) foram marcados por continuidade e descontinuidade, surtos e retrocessos da política econômica brasileira. Os acontecimentos desses períodos têm muito a ver com o jogo das classes sociais rurais e urbanas, com grande destaque para a questão agrária.

No decorrer dos anos de 1956 a 1961, no governo Juscelino Kubitschek, a ideologia da vocação agrária do Brasil foi substituída pela ideologia industrial, que passou a dominar o pensamento econômico e político nacional. O Programa de Metas, agrupado em seis grupos: energia; transporte; alimentação; indústria de base; educação e a construção de Brasília representou um importante momento de expansão do sistema econômico brasileiro. A industrialização do país foi a meta prioritária desse governo.

Em relação à agricultura, imperou a ideologia de que um país para crescer precisa se industrializar e que a tecnologia industrial determina o processo de produção no campo, valorização dos mercados de alimentos e matéria-prima e estimula a introdução de tecnologia agrícola, cabendo ao urbano absorver os excedentes de mão-de-obra, liberada pela mecanização do campo.

Os anos de 1970 surgiram no contexto nacional como o marco do início formal da modernização, ou seja, o Brasil industrializado passou a adotar práticas mais intensivas de aplicação de capital e expansão e diversificação da agricultura comercial.

O processo de modernização da economia brasileira está estritamente ligado às profundas mudanças econômicas ocorridas no mundo a partir do término da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), e a agricultura é parte integrante desse processo (BRUM, 1988).

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por períodos de crise aguda provocada pelo esgotamento das possibilidades do mercado interno em assumir a produção de itens até então importados e o esgotamento do modelo associado dependente, o que exigiu transformações nas estruturas produtivas, a partir da mudança da base técnica, integração do mercado interno, agroindustrialização oligopolizada, internacionalizada e a marginalização do modo tradicional de produzir.

A estagnação econômica teve início em 1962 e prolongou-se até 1967, ano em que o crescimento da economia apresentou taxas elevadas, gerando um clima de otimismo geral, batizado pelos meios de comunicação oficiais como o “milagre brasileiro”. Esse período de euforia prolongou-se até 1973 (BRUM, 1985).

De acordo com Belik (1998), a regulação do setor agrícola e agroindustrial passou por três fases sucessivas. A primeira, delimitada pelas reformas do regime militar de 1964 até o final dos anos 1970, em que o crescimento do setor agrícola foi determinado pelo Estado e a sua articulação com setores à montante e à jusante da agropecuária.

A segunda fase, inaugurada nos primeiros anos de 1970, foi marcada pelas políticas agrícolas de redução dos subsídios e pela busca da autorregulação. Nesse contexto ocorreu o fortalecimento de atores e de instituições nas quais o aparato público tem peso cada vez menor e as ações propostas pelo governo culminam anos mais tarde, no estabelecimento de acordos bilaterais, Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado, PRODECER, que teve como princípio estabelecer políticas neocorporativistas atendendo a interesses de grupos privados.

Na terceira fase, iniciada nos final dos anos de 1980, houve um verdadeiro desmonte das instituições e dos instrumentos que nortearam a Política Agrícola e Agroindustrial, desde a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, SNCR. A crise política dos governos e do sistema capitalista provocou uma mudança qualitativa nas formas de regulação e organização dos interesses constituídos, ou seja, houve uma perda de poder regulatório e da capacidade de planejamento do Estado.

O SNCR, o Programa de Seguro Rural (PROAGRO), criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão (EMBRATER), juntamente com a Política de Garantia para os Preços Mínimos (PGPM) foram as ferramentas para a definitiva adoção do pacote tecnológico pelo campo que, se de um ângulo provocou o aumento da produção agropecuária, de outro estimulou a concentração fundiária e de renda (BELIK, 1998).

No início de 1990, quando o mundo vivencia outra crise capitalista, exigindo uma reestruturação do sistema produtivo e que procura na desregulamentação da economia a alternativa, o governo brasileiro, representado por Fernando Collor de Mello, lança um pacote de medidas econômicas que tem como principal objetivo sequestrar os recursos financeiros auferidos nas décadas anteriores, como forma de reduzir a inflação e baixar os preços. O pacote foi um fracasso, pois a inflação não foi contida e os preços aumentaram exageradamente.

As medidas governamentais tomadas no início dos anos de 1990 deixaram a maioria dos agricultores em dificuldades. O crédito rural foi substituído por relações privadas entre os diferentes agentes do elo da cadeia produtiva, ou seja, foram criadas formas alternativas de financiamento da agricultura. “Os agentes financeiros foram preenchendo o espaço deixado pelo governo na liberação do crédito” (BELIK, 1998, p. 26).

Esse novo quadro econômico inaugurado a partir dos anos de 1990 propiciou o crescimento dos investimentos por empresas multinacionais acostumadas a operar em escala mundial. Importantes setores da indústria

brasileira, a exemplo de outras por todo o mundo subdesenvolvido, foram desnacionalizadas.

O Programa Nacional de Desestatização, PND, instituído em 1990, privatizou no período entre 1990 e 1994, nos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, 33 empresas. Os esforços na venda de estatais produtivas, pertencentes a setores estratégicos, incluíram empresas siderúrgicas, petroquímicas, de fertilizantes e de telecomunicações (BRASIL/BNDES, 2002).

A agricultura no Brasil representou papel importante na conformação da fisionomia do Estado brasileiro e nas rupturas que marcaram momentos notáveis da sua história. À medida que avançava a sociedade urbano-industrial, ao campo eram delegados novos papéis.

Evidente que à questão agrária e à agricultura juntam-se outros elementos básicos na formação social brasileira, sem os quais não há como compreender as formas de Estado e as suas rupturas. Nesse processo torna-se importante o estudo das políticas públicas.

A (re)ordenação territorial do Cerrado e as políticas públicas

São as políticas públicas, entendidas enquanto diretrizes norteadoras de ação do poder público, definidoras de regras e procedimentos para as relações entre o poder público e a sociedade, que intervieram de forma direta na agricultura brasileira, (re)organizando o território e aferindo ao Cerrado novos sistemas de cultivo.

Na captura do Cerrado pelo capital o conjunto de ações de origem estatal, políticas públicas, desempenhou papel preponderante; criando infraestrutura, bens e serviços, capacitando o crescimento, o desenvolvimento não só da agricultura, mas da economia e da sociedade.

As políticas públicas como área do conhecimento e disciplinas acadêmicas surgiram nos Estados Unidos, entre as décadas de 1930 e 1950, rompendo com o tradicionalismo europeu que só passou a se preocupar com determinados campos da política a partir de 1970.

De 1930 a 1965 o conceito aprimorou-se e ganhou novos contornos. No Brasil, estudos sobre políticas públicas foram realizados recentemente de forma esporádica e descritiva, com ênfase nas análises das estruturas, instituições e caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas (FREY, 2000)

Elaborar uma política pública significa definir quem decide, quando, com que consequências e para quem. São acepções que vinculam-se à natureza do regime político, ao grau de organização da sociedade civil e à cultura política vigente.

As políticas públicas, depois de desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos e leis, linhas de financiamentos, bases de dados e sistemas de informação. Elas repercutem na economia e na sociedade, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia, sociedade e território.

Na elaboração de políticas públicas têm-se a participação de outros setores que não somente o governamental, mas também os movimentos e grupos sociais. A efetiva presença dessas esferas depende de sua maior ou menor influência no governo e das alianças políticas.

As políticas públicas inserem-se no contexto político nacional como instrumento de intervenção do Estado na economia e na sociedade desde o início do século XX, principalmente a partir de 1930 quando se tem a consolidação do Estado do Bem Estar Social nos países industrializados e esforços desenvolvimentistas na periferia, ou seja, no decorrer do modelo liberal de Estado, vigorando com força total até as décadas de 1980 e 1990, quando das crises fiscais e financeiras do modelo de desenvolvimento implantado.

Toda política pública é uma forma de intervenção nas relações sociais e no território em que, o processo decisório condiciona e é condicionado por interesses e expectativas sociais.

Algumas políticas públicas brasileiras, no conjunto das crises de 1970 e 1980, passam a ser delegadas a órgãos nacionais e internacionais, período do II Plano Nacional de Desenvolvimento, PND, que traça diretrizes, principalmente para

a agricultura. A ação pública estatal transfere-se para a iniciativa privada com aval do Estado, criando agências reguladoras, responsáveis pelos novos rumos das políticas públicas setoriais.

Essa transferência funda-se no fato de que estas agências, empresas, teriam maior credibilidade pela experiência técnica de seus membros e para que os planos não fossem submetidos às incertezas dos ciclos eleitorais, mantendo sua continuidade e coerência.

Uma das empresas criadas nesse momento foi a Companhia de Promoção Agrícola, CAMPO, que teve o papel, quando da sua criação, de estimular a ocupação racional do Cerrado, considerado na década de 1970 como a nova fronteira agrícola.

O principal projeto gerenciado pela CAMPO foi o PRODECER, estabelecido a partir de 1979 e ainda presente no contexto agrícola brasileiro. A razão para sua permanência ao longo de décadas pode estar diretamente relacionada à forma pela qual foi criado, estando à parte dos processos eleitorais vivenciados pelo Brasil, ou seja, foi uma política estatal.

Outro aspecto da interpretação das políticas públicas reside no tratamento da dimensão espacial de sua formulação e implantação. O argumento central é que toda política pública tem em comum o fato de o espaço ser seu substrato.

Território: o substrato para a prática da política pública

O termo território deriva do latim “terra” e corresponde ao termo *territorium* que se constrói pela adição à ‘terra’ do sufixo *torium*, que designa o lugar de um substantivo qualquer: dormitório, lugar de dormir. Território, lugar da terra, âmbito terrestre localizado. Representa assim uma parcela do espaço terrestre sob o domínio de uma comunidade ou Instituição (MACHADO, 1997).

Território constitui-se na realidade, em um conceito subordinado a outro, mais abrangente, o espaço, isto é, à organização espacial. “É o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas” (CORREIA, 1998, p. 251).

Dentro de uma dimensão política pode ser entendido como uma porção do espaço, apropriado por dada coletividade, que estabelece um controle direto

sobre o lugar que ocupa; tem um caráter afetivo, derivado de práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. Nesse caso a apropriação associa-se à identidade de grupos e à afetividade espacial.

Já Raffestin (1993, p. 144) o compreende como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Insere-se em um espaço demarcado pela ação humana, base do território que se forma a partir de uma ação conduzida por atores.

Se associarmos as concepções de Raffestin (1993) e Santos (1996), é possível dizer que as imagens territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, que podem ser identificáveis através dos objetos inseridos sobre o espaço social de produção. A territorialidade do capital é expressa por intermédio das relações de poder sobre o espaço e das relações estabelecidas por uma sociedade em determinado espaço e ao longo do tempo. Esta territorialidade é o conjunto de práticas, e suas expressões materiais e simbólicas são capazes de garantir a apropriação e permanência, em dado território, de determinados agentes sociais, do Estado, de diferentes grupos sociais e empresas (CORREIA, 1998).

Oliveira (1999, p.74), afirma que:

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência.

O território também se manifesta como instância de poder, através do uso que fazem dele, assim ele em si não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando considerado a partir do seu uso, a partir do momento em que é pensado juntamente com aqueles atores que dele se utilizam (SANTOS, 2000).

O território do Cerrado foi reestruturado a partir do desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para a transformação do uso da terra que passa a abrigar novos produtos e técnicas modernas de produção. O Estado atuando enquanto ator público, dentro de um contexto pré-estabelecido, (re)configura o espaço e cria um novo mapa territorial.

As políticas públicas são espaciais, territoriais, pois todas as suas ações desenvolvem-se sobre um dado espaço, portanto podendo ser denominadas de políticas espaciais.

[...] as políticas públicas [...] têm em comum o fato de o espaço ser seu substrato. Não se reconhece que nessas políticas os adjetivos ambiental, territorial, regional, urbano e rural são qualidades do seu substantivo que é o espaço. Por essa razão, com frequência, são rotuladas como setoriais e sociais quando, na verdade, são essencialmente políticas de caráter espacial nas quais, em tese, o espaço tem um significado que vai muito além do espaço-palco (STEINBERGER, 2006, p.31).

O espaço, apropriado por dada coletividade, é a chave que permitirá mostrar, no rol das políticas públicas nacionais, as políticas adjetivadas de territorial, ambiental, regional, urbana e rural, pois são espacialmente fundadas. O espaço é a totalidade, argumento que serve para demonstrar que ele é o traço de união entre as diferentes políticas.

A abordagem das políticas públicas como espaciais permite assegurar que elas possuem o poder de ordenar o território podendo ser pensadas como políticas de ordenamento territorial, no âmbito da organização do espaço.

O território é definido como instância de poder, exercido pelo Estado, o que nos conduz às interpretações de território de Raffestin (1993). Mas Raffestin pondera que espaços e territórios são profundamente marcados pela influência de um fator que dá complexidade à dimensão espacial: a diversidade dos atores que intervêm no espaço.

A ação pública se justifica, pois “as políticas de Estado respondem, por meio de suas leis constituintes, ao menos na retórica, aos assuntos julgados

importantes pela sociedade, ou parte dela, ou, simplesmente os ignoram” (BERTONI et. al., 2006, p. 135).

O ordenamento territorial tem por fonte e propósito administrar essa base contraditória do espaço que a sociedade tem no alicerce da sua organização geográfica e se expressa por um conjunto das regras e normas do arranjo espacial da coabitação, exercendo os exercícios da administração geográfica da sociedade [...] (MOREIRA, 2006, p. 75).

O ordenamento territorial pode vincular-se à figura do Estado vez que ele se expressa por regras e normas, que são distintas em sua natureza. Pois, enquanto a regra “define e qualifica valores mediante os quais se orientam a distribuição e o movimento dos lugares no espaço”, a norma reafirma e consolida o que diz a regra da normalidade. “Se a regra proíbe ou permite, a norma legitima e naturaliza” (MOREIRA, 2006, p.74).

Ordenamento territorial, para Silva (2006), é uma forma particular de uso do território que apresenta um arranjo de objetos sociais, naturais e culturais historicamente estabelecidos.

As representações criadas pelo ordenamento territorial instauram uma trama de legitimação das práticas de poder e reprodução capitalista no território. Os ordenamentos resultantes das políticas direcionados ao campo sempre tiveram o poder de determinar o tipo de cultivo a ser realizado e a principal técnica a ser utilizada.

Em se tratando de território brasileiro, as políticas de ordenamento territorial tiveram maior destaque na recente história, notadamente no período dos governos militares, através dos PNDs, aos últimos anos da década de 1990 (BERTONI, et al., 2006). Entretanto estão presentes, mesmo que indiretamente, desde a formação de fato do Estado Nacional a partir de 1930.

O processo de ação das políticas públicas, políticas de ordenamento territorial, é tarefa interdisciplinar, onde há a dimensão política, econômica e social. O Estado desempenha várias funções sociais, tais como saúde, educação, previdência, moradia, saneamento básico, entre outras. Na prática as políticas

públicas territoriais podem ser sociais, mas também econômicas direcionadas a um determinado departamento da economia, sendo denominadas setoriais.

Dentre as políticas setoriais brasileiras, as políticas agrícolas assumem adianteira do processo de formulação, tendo em vista as diferentes funções delegadas à agricultura, desde o período colonial até o presente, na estruturação econômica do Brasil.

A intervenção do Estado na agricultura tem uma longa tradição, estando presente tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, e seu objetivo é regular os mercados agrícolas, garantindo preços e rendas para os agricultores, estimulando a produção doméstica (DELGADO, 2001, p. 16).

A organização territorial do campo é marcada pela fragmentação e valorização das terras, principalmente aquelas que possuem condições edafoclimáticas mais favoráveis, como o Cerrado, que foi ocupado de forma racional a partir dos anos de 1970, no contexto do processo de modernização agrícola.

O Estado brasileiro teve o papel de, através do uso de ações verticalizadas para o campo, aumentar a fluidez do espaço disponível ao cultivo de produtos de demanda externa, articulando inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas visando aumentar a produtividade do trabalho, superar as barreiras naturais e aumentar a velocidade de rotação do capital. Processo esse denominado de Revolução Verde e que sustentou a mudança na base técnica e social de produção no campo (BRUM, 1998).

O Estado brasileiro sempre esteve presente na agricultura, através das políticas públicas, criando novos mecanismos de produção, que viabilizaram a produtividade, inserindo o mercado brasileiro no contexto dos países que adotaram novas técnicas de produção.

A seguir pode-se observar como foi a origem e a evolução das políticas públicas de modernização do campo brasileiro e compreender as consequências espaciais desse fato que culminou na captura dos espaços do Cerrado.

As ações estatais e a dinamização do território do Cerrado

A agricultura brasileira não conta mais com recursos de financiamentos que marcaram as políticas agrícolas entre as décadas de 1960 e 1980, tais como Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) ou a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Atualmente, a tendência do governo tem sido distanciar-se do financiamento direto e usar outras fontes de recursos para o crédito rural. Desde 1980 as alternativas criadas pelo governo têm sido viabilizadas pelo setor privado (entidades financeiras, agroindustriais, fornecedores de insumos, entre outros, e os próprios produtores) que se tornaram responsáveis por considerável parcela dos recursos aplicados na agropecuária.

O que tem ficado explícito é o não comprometimento do governo quanto ao financiamento da produção, obrigando os agricultores a disputarem os recursos diretamente no mercado financeiro. Esse novo encaminhamento levou a maioria dos produtores a pagar juros reais por seus empréstimos, aumentando suas dívidas junto às instituições financeiras, lançando-os no mercado especulativo, principalmente centrado nas empresas multinacionais, para aquisição dos insumos necessários à produção.

As transformações na agricultura sempre estiveram na pauta dos programas governamentais e em consonância com as políticas econômicas mundiais. Há momentos em que é necessária a participação direta do Estado, outros, em que se delega a terceiros a função de comandar a produção no campo. Cabe destacar que mesmo outorgando funções à iniciativa privada, ao Estado brasileiro, em relação à agricultura, coube manter programas de financiamento de custeio, de investimento e comercialização, assim como gastos diretos da União com programas e ações governamentais no setor.

A reorganização capitalista exigiu no decorrer da década de 1960 uma nova divisão inter-regional e internacional do trabalho. Nesse contexto, deu-se início ao desenvolvimento de um novo padrão agrário, baseado na mudança da base técnica de produção, em que o Cerrado passa a ser cenário do desenvolvimento de

culturas de exportação, como a soja, algodão e milho, que ocupam posição de destaque na nova formação agrária do Estado.

Localizado no Planalto Central do Brasil, o Cerrado é o segundo maior bioma do País, superado apenas pela Floresta Amazônica. Possui as nascentes de três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul. Ocupa uma área superior a 2 milhões de Km², cerca de 23% do território brasileiro, abrangendo os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Piauí, o Distrito Federal, Tocantins e parte dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, São Paulo, Paraná e Rondônia. Podendo ser encontrado também em outras áreas nos estados de Roraima, Pará, Amapá e Amazonas (AGUIAR et al., 2004).

O nome "Cerrado" define um tipo de vegetação com árvores de baixo a médio porte de tronco tortuoso, com casca espessa e folhas ásperas, mais ou menos distantes umas das outras, circundadas por gramíneas. Contudo, essa vegetação não constitui um grupo fisionômico homogêneo, coexistindo com diversos tipos fisionômicos.

Até a década de 1950, os Cerrados mantiveram-se quase inalterados. A partir da década de 1960, com a interiorização da capital do Brasil, Brasília, e a abertura de uma nova rede rodoviária, largos ecossistemas deram lugar à pecuária e à agricultura extensiva, como a soja, arroz e trigo. Tais mudanças se apoiaram, sobretudo, na implantação de novas infraestruturas viárias e energéticas, bem como na descoberta de novas vocações desses solos regionais, permitindo novas atividades agrárias rentáveis, em detrimento de uma biodiversidade até então pouco alterada.

No processo de territorialização do capital no Cerrado, a grandedisponibilidade hídrica, a infraestrutura viária e a expansão da fronteira agrícola, viabilizada pelas políticas públicas estatais representaram o conjunto de elementos condicionantes da nova (re)estruturação produtiva.

No início dos anos 1970 foram implantados vários programas de desenvolvimento na Região Centro-Oeste, que tinham como propósito a ocupação e a dinamização de um conjunto de técnicas que permitiram o aumento da produção

e da produtividade. Os programas encontravam-se inseridos no I (PND) Plano Nacional de Desenvolvimento.

Órgãos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, criada em 1973; o Banco do Brasil; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); e SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), que incorporou a Fundação Brasil Central, tinham como objetivo modernizar a região dos Cerrados, tornando-a uma nova área de fronteira agrícola, através da inserção de novas culturas adaptadas às condições climáticas e ao solo da região (SHIKI, 1997).

Outras instituições como o Instituto de Pesquisa Agropecuária do Oeste (IPEAO), o Instituto de Pesquisa Agropecuária do Centro-Oeste (IPEACO), a Fundação Zoobotânica de Brasília, a Universidade Nacional de Brasília (UNB) e as Secretarias dos Estados do Centro-Oeste passaram a investir em pesquisas destinadas ao fomento e à viabilização da agricultura moderna nas zonas do Cerrado (HESPANHOL, 2000).

A modernização territorial do Cerrado baseou-se na composição das colheitas pela diversificação, incorporação de novas tecnologias e em modificações na estrutura e na organização dos fatores de produção. A mecanização, a pesquisa agrícola e o uso de insumos químicos também foram fundamentais para a expansão da fronteira agrícola na direção centro-oeste do país. Graças a esses fatores, nas décadas de 1970 e 1980 os ganhos de produtividade passaram a ser uma importante fonte de crescimento da produção agrícola, em especial das culturas mais modernas, ao contrário do ocorrido nas décadas anteriores (BONELLI et al., 1998).

No que diz respeito aos investimentos, a EMBRAPA desenvolveu inovações tecnológicas bioquímicas, técnicas de manejo do solo e adaptações de cultivos às condições agroecológicas do Cerrado, como o caso da soja.

Graças ao incremento na pesquisa agrícola, o Cerrado consolidou-se como importante área de expansão da agropecuária nacional. Assistiu-se a um acelerado processo de expansão da área cultivada, incorporação de novas tecnologias e diversificação de culturas. A estrutura de produção existente foi

drasticamente alterada, com a redução da participação relativa das tradicionais culturas, principalmente arroz e feijão, e aumento da importância de culturas voltadas à exportação, a geração de energia e as matérias-primas agroindustriais (LEITE, 2000).

A formulação das políticas de integração e desenvolvimento regional para o Cerrado assumiu maior dinamismo com o I PND, que continha programas direcionados à região: o PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste), que se caracterizava juntamente com o Programa de Corredores de Exportação do Governo Federal “pelo esforço da pesquisa em desenvolver sementes de soja adaptadas às condições edafoclimáticas do Cerrado e pela melhoria da infraestrutura” (HESPANHOL, 2000, p. 15).

Dentro do planejamento governamental, um dos maiores esforços para a ocupação dos Cerrados foi o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), criado no início do governo Geisel, em 1975. “Esse programa destinava-se à construção de armazéns, ao apoio à pesquisa e assistência técnica, ao sistema de transporte, à rede de energia e exploração do calcário” (SHIKI, 1997, p. 145). Tinha como objetivo o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região do Cerrado, mediante a ocupação racional das áreas e seu aproveitamento em escala empresarial.

Este programa também previu, através da promoção do desenvolvimento e da modernização agropecuária, instalação de infraestrutura econômica e de apoio, em especial créditos agropecuários e incentivos fiscais.

O II PND foi elaborado em virtude das profundas alterações ocorridas no cenário mundial, tendo como referência a crise do petróleo, e a estrutura produtiva nacional, com o esgotamento do “milagre”. Este plano apresentava como meta prioritária manter o crescimento acelerado dos últimos anos, reafirmar a política gradualista de contenção da inflação; manter em relativo equilíbrio o balanço de pagamentos; realizar política de melhoria da distribuição de renda; preservar a ordem social e política; realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e devastação dos recursos naturais (GONÇALVES NETO, 1997).

No âmbito deste PND, o Cerrado teve grande destaque, pois era considerado como grande produtor de alimentos, além de ser importante para a

integração nacional - política do regime militar -, na direção da região amazônica. De acordo com Bandeira (2000), para esta região foram estabelecidas três funções: produzir alimentos e matérias-primas, absorver e reorientar as correntes espaciais de mão-de-obra e servir como área alternativa para descentralização industrial do país.

No III PND, a agricultura foi mais uma vez declarada como um setor de investimento prioritário, cabendo-lhe a manutenção do desenvolvimento econômico no setor agrícola (PESSÔA, 1988).

Em síntese, a modernização agrícola ocorrida no Cerrado, nas décadas de 1970 e 1980, teve como principal ator o Estado, através do planejamento regional. Esta modernização alicerçou-se sobre os subsídios ao crédito rural e o financiamento da infraestrutura de apoio técnico, além dos incentivos fiscais, definidos nos programas especiais dos PNDs.

O maior esforço do governo para a expansão da fronteira agrícola e a incorporação do Cerrado como novo “celeiro” do Brasil, foi o PRODECER, criado no decorrer do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

O PRODECER

Dentre as políticas e programas governamentais de ação direta sobre os Cerrados pode ser destacado o PRODECER, um programa que promoveu o assentamento de agricultores experientes no uso de tecnologias. Foi financiado com empréstimos da Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (JICA), tendo a contrapartida do governo brasileiro e apoio da iniciativa privada (ALHO, 1995).

A participação japonesa no PRODECER representa os interesses internacionais nos Cerrados, como uma área estratégica de suprimentos agrícolas na divisão internacional do trabalho, que acabou se concretizando com a cultura da soja.

Os Estados Unidos em 1970 impuseram uma barreira dificultando a exportação da soja. Como o Japão era dependente desse mercado e possuía um

consumo elevado desse produto, houve a necessidade de se buscar outras áreas que pudessem suprir o abastecimento (SHIKI, 1997).

Como o Brasil já havia implantado programas como o POLOCENTRO, PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), e o PCI (Programa de Crédito Integrado do Cerrado), todos voltados para o Cerrado, o PRODECER foi como que uma continuidade desses programas.

Esta ação direta do governo, ao assinar o acordo com os japoneses para a produção de produtos exportáveis no Cerrado, caracteriza a dimensão do poder do Estado na ocupação, ordenação e reordenação do território, através da agricultura.

Para a efetivação desta ação há a necessidade de ampliar os meios e instrumentos de geração de produtividade, através do capital estrangeiro, aumentando a implantação das empresas agropecuárias no país, que financiaram os insumos indispensáveis à modernização. Tem-se então a estruturação de um novo sistema de cultivo nos Cerrados, caracterizado por novas técnicas químicas, biológicas, mecânicas e gerenciais.

O mecanismo impulsionador dessas novas configurações territoriais é o capital que se expande incorporando áreas por meio das políticas públicas. As áreas de Cerrado foram as primeiras a integrar e assegurar a expansão do capitalismo pelo interior do país. Apresentam do ponto de vista geográfico, maior proximidade com o eixo econômico do Sudeste e as condições naturais existentes, tais como clima e pluviosidade favoráveis, com duas estações bem definidas, uma seca e outra chuvosa; topografia plana, que facilita a mecanização; rede hidrográfica vasta com a presença de várias vertentes; pastagens e solos agricultáveis que propiciam a modernização agrícola. Junte-se a isto o baixo preço das terras e a baixa densidade de ocupação com esparsas áreas de criações de gado e lavoura de subsistência (PESSÔA, 1988).

O desenvolvimento capitalista no Brasil tem imposto uma reordenação territorial ao campo brasileiro. A territorialização do capital no Cerrado emergiu com os novos sistemas de cultivo introduzidos no campo. Estes se conformaram em modernas e sofisticadas técnicas de produção, em que o emprego de capital é o

fator propulsor desta etapa de incorporação de novas áreas ao processo de modernização territorial.

O Estado, por intermédio das políticas públicas, tem atuado no espaço deforma a criar ou reordenar territórios. O caso do PRODECER significa esta reestruturação territorial, onde antigos e velhos produtos cultivados (arroz, mandioca, etc.), como meios de subsistência, perderam espaço para outros mais rentáveis, (soja, algodão, milho, etc.), e de elevada competitividade.

Ações estimuladas pelo Estado, somadas à própria lógica de concentração do capital a partir dos grandes centros metropolitanos, fizeram surgir no campo brasileiro uma reordenação territorial, produto da combinação contraditória e desigual da expansão da agricultura especificamente capitalista [...] (OLIVEIRA, 1999, p. 94).

O PRODECER incorporou, através de projetos de colonização, algumas áreas de Cerrado. Estas áreas, chamadas de “Projeto Piloto”, receberam produtores selecionados pela CAMPO. Esses produtores, normalmente ligados a grandes cooperativas agrícolas, em sua maioria do Sul do Brasil, assumiram um sistema de produção (pacote tecnológico) e de comercialização, exercendo um papel de influência e de demonstração para os demais produtores de suas regiões (PÉRET, 1997).

As cooperativas ou associações fizeram parte deste programa como estratégia para a territorialização do capital. As instituições de cooperação participaram da escolha dos colonos que integraram os projetos, assumiram a parte de armazenamento, comercialização e fornecimento de insumos aos produtores, responsabilizando-se pela assistência técnica. De todos os projetos estruturados pelo PRODECER, participaram 16 cooperativas e uma associação de produtores rurais.

O PRODECER se desenvolveu em três etapas: teve início em 1980 com a implantação do programa no oeste de Minas Gerais (PRODECER I) e em 1987 expandiu-se para áreas em Goiás, Mato Grosso do Sul, e Bahia, (PRODECER II). A partir de 1995 atingiu os estados do Maranhão e Tocantins.

O PRODECER I e II abriu (sic) uma área de 270 mil hectares, em 19 projetos de colonização, dos quais onze projetos em Minas Gerais, três em Goiás, dois no Mato Grosso, dois na Bahia e um no Mato Grosso do Sul. E com o PRODECER III estão sendo incorporados mais 80 mil hectares de terra, no Maranhão e no Tocantins, com o assentamento de 80 famílias (PÉRET, 1997, p.356).

Os investimentos para a implantação do PRODECER giraram em torno de US\$570 milhões e resultaram de financiamento dos governos brasileiro e japonês. Assentaram, nas três etapas concretizadas, 758 produtores em áreas que variam de 200 a 400 hectares, ocupando uma área total de aproximadamente 350 mil hectares em sete Estados brasileiros (CAMPO, 2001).

O PRODECER conta com projetos pilotos e de expansão. O que os diferencia é a procedência do investimento. Os projetos pilotos são desenvolvidos com financiamento da JICA, e o de expansão por empresas e bancos privados japoneses.

Sobre os financiamentos para o desenvolvimento dos projetos, Péret (1997), complementa o tema observando que os recursos são provenientes dos governos do Brasil, do Japão e da iniciativa privada. Os recursos do Brasil e do Japão foram divididos equitativamente no PRODECER I e II. Para o PRODECER III, 60% dos recursos foram provenientes do Japão e 40% do Brasil sendo 30% do governo federal (Tesouro Nacional) e 10% de agentes financeiros participantes do programa.

O objetivo do PRODECER foi a “materialização de um celeiro capaz de alimentar uma importante fração da população mundial, tomando em consideração o desenvolvimento econômico e social do Brasil no século XXI” (JICA, 1979, p. 3).

O Estado tem sido o motor da expansão capitalista no campo via políticas agrícolas. Por vezes sua ação é direta, outras, como no caso do PRODECER, o poder de ação é dele, mas a administração recai sobre a iniciativa privada e/ou através de parceria. Deste pressuposto, parte a afirmativa de que o processo de reestruturação do território, particularmente o território do Cerrado, foi articulado pelo Estado.

Considerações finais

O território do Cerrado se constituiu, sob o domínio do Estado que viabilizou sua ocupação por meio de um conjunto de políticas destinadas a inserir essa porção territorial aos moldes capitalistas de produção.

As políticas públicas foram instrumentos importantes da inserção do capital no campo. O Estado utilizou-se de estratégias várias, de forma a induzir o processo de modernização territorial, tendo por base a agricultura. A captura do campo pelo capital, a partir do uso de insumos, máquinas e implementos modernos, vinculados diretamente ao processo capitalista de produção foi realizado através de programas direcionados a agricultura, como o SNCR e a PGPM; e outros focalizados no Cerrado, como o POLOCENTRO, PADAP e PRODECER, dentre outros.

Esses elementos das políticas públicas facilitaram o processo da expansão da fronteira agrícola para outras regiões além do Sul e do Sudeste. É nesse contexto que o Cerrado é tido como área de expansão da fronteira agrícola, capaz de abrigar um processo de modernização sem limites. O Cerrado, cooptado pelo capital, é inserido ao espaço produtivo nacional e ganha novos sistemas de cultivo, diversifica a produção. O PRODECER, programa de cooperação binacional entre o Brasil e o Japão, imprimiu ao Cerrado ares modernos e uma miscelânea de relações de produção.

O PRODECER estabeleceu o seu território no Cerrado colocando as terras desse bioma sob o poder de mando e desmando do capital, instituído através da modernização da produção, com aumento da produtividade e a introdução de novas relações de produção.

As políticas públicas foram elementos viabilizadores do exercício desse poder ao contribuir para a construção desse novo território do PRODECER no Cerrado. O capital, através das políticas públicas, cria e re(cria) território, nas mais diferentes partes da superfície. O território tem sido área de poder de dados atores ou grupos de atores sociais, que podem ser privados ou públicos. No Cerrado os atores estruturantes foram públicos que atuaram espacializando interesses internacionais, fruto da conjuntura geopolítica mundial.

O estudo do Estado como articulador da inserção capitalista no Cerrado refletiu-se numa tentativa de reforçar as teorias que ajudam na compreensão do território, tendo, como ponto principal, a mudança da paisagem operada pelo capital e a recomposição de uma “configuração cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território do país”.

A partir desse resgate, compreendeu-se que o PRODECER foi a principal política pública de modernização territorial do Cerrado e reforçou o poder do capital sobre o campo em especial sobre a agropecuária, direcionando suas ações e mecanismos de produção e produtividade.

Sob a égide do Estado, a agricultura conheceu um processo de “modernização”. O Cerrado, como área de expansão da fronteira agrícola, conheceu uma intensa expansão capitalista, apoiada nos incentivos fiscais e no crédito subsidiado. A produção agrícola passou a organizar-se em função da demanda de alimentos e matérias primas no mercado internacional.

Referências

AGUIAR, L. M. de S.; MACHADO, R. B.; MARINHO - FILHO, J. A diversidade Biológica do Cerrado. In: AGUIAR, L. M. de S.; CAMARGO, A. J. A. de. **Cerrado: ecologia e caracterização**. Planaltina (DF): Embrapa Cerrados; Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004, p. 17-40

ALHO, Cleber J. R; MARTINS, Eduardo de Souza (Ed.). **De grão em grão, o cerrado perde espaço** – cerrado – impactos do processo de ocupação. Brasília: WWF, 1995.

BELIK, Walter. Estado, grupos de interesse e formulação de políticas para a agropecuária brasileira. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: SOBER, v. 36, nº 1, p. 9-33, jan/mar de 1998, p. 09-33.

BERTONI, Leonor Ferreira; MELLO, Neli Aparecida de. Perspectivas do ordenamento territorial no Brasil: dever constitucional ou apropriação política? In: STEINBERGER, M.(Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 / LGE Editora, 2006, p.125-147.

BONELLI, Regis. PESSOA, Elisa de Paula. **O papel do Estado na pesquisa agrícola no Brasil**. Texto para discussão nº 576, Rio de Janeiro: IPEA, jul., 1998, p.1-32.

BRASIL/BNDES. (2002) **Privatização no Brasil (1990 – 1994/ 1995 – 2002)**. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/Priv_Gov.pdf. Acesso em 01 de abr/2008.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRUM, Argemiro Jacob. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CAMPO. Companhia de Promoção Agrícola. **Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento dos Cerrados**. Brasília, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). et. al. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR: 1998, p. 251-256.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001, p. 15-52.

FIGHERA, Delfina Trinca. **Estado e território** - suas relações e a globalização. In: SANTOS, Milton & SOUZA, Maria Adélia A. de. (Org.). et. al. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1998. p.108-115.

FREY, Klaus. (2000). **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Disponível em <www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_Frey.pdf> Acesso em 08 de fev. 2009.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

HESPAHOL, Antonio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. In: **Caderno Prudentino de Geografia. Agricultura, Cidade e Análise Regional**. Presidente Prudente/São Paulo: AGB, p. 07-26, jul/2000.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEITE, Tasso de Sousa. Dinamismo agroindustrial e desenvolvimento regional em Goiás. Estudos. **Revista da Universidade Católica de Goiás**, Goiânia: UCG, v. 27 n.1, p. 1-191, jan./mar., 2000.

MACHADO, Mônica Sampaio. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. In: **Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro: UERG, n.1, p.17-32 jan/1997.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha Koiffmann. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: D&P, 2006, p.71-107.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo, Contexto: 1999, p. 63-109.

PÉRET, Rodrigo de Casto Ampedée. A questão da Sustentabilidade da agricultura nos cerrados. In: SHIKI, Shigeo & SILVA, José Graziano da (Org.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: UFU, 1997, p. 353-371.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG**. 1988. 239 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SHIKI, Shigeo. Sistema agroalimentar no cerrado brasileiro: caminhando para o caos? In: SHIKI, Shigeo & SILVA, José Graziano da. (Org.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: UFU, 1997, p. 135-165.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha Koiffmann. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: D&P, 2006. p. 283-312.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

STEINBERGER, Marília (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 /LGE Editora, 2006.